



Número: **0032026-53.2019.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 21ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **28/05/2019**

Valor da causa: **R\$ 2.350,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JAILSON JOSE DA SILVA (AUTOR)		DANIELA SIQUEIRA VALADARES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT (RÉU)			
LUIZ DE LIMA CASANOVA NETO (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
45826589	28/05/2019 13:54	Petição Inicial	Petição Inicial
45826601	28/05/2019 13:54	Laudo Traumatológico	Laudo
45826593	28/05/2019 13:54	Procuração	Procuração
45826595	28/05/2019 13:54	Atendimento - UPA Nova Descoberta	Documento de Comprovação
45826611	28/05/2019 13:54	Atendimento -HGV	Outros (Documento)
45826608	28/05/2019 13:54	Boletim de Ocorrência	Documento de Comprovação
45826610	28/05/2019 13:54	Diagnóstico - HGV	Documento de Comprovação
45826598	28/05/2019 13:54	Doc. Pessoais	Documento de Comprovação
46005129	05/06/2019 09:06	Despacho	Despacho
46227852	05/06/2019 10:40	Certidão	Certidão
46227872	05/06/2019 10:45	Intimação	Intimação
46227874	05/06/2019 10:45	Intimação	Intimação
46513363	11/06/2019 11:54	Desistência da Ação	Desistência da Ação

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA ___ª VARA
CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE**

JAILSON JOSÉ DA SILVA, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 5.051.906 SDS/PE, inscrito no CPF sob o nº 040.132.774-41, domiciliado à Rua José Carneiro Lins, nº 98, Vasco da Gama, Recife – PE, CEP: 52.111-390, sem endereço de email e telefone de contato número (81) 98429-2209 e (81) 3266-9211 vem, respeitosamente, à presença de vossa excelência, por meio de seus advogados *in fine* assinados, com endereço profissional constante no timbre a baixo, onde recebem as intimações de estilo, com endereço de email escritoriadanielavaladares@gmail.com, com fulcro no artigo 3º da Lei 6.194/74 e demais disposições aplicáveis à matéria, propor a presente

**ACÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO -
DPVAT**

Em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04 com endereço para notificações na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar – Centro, Rio de Janeiro – CEP: 20.031-205 pelos fatos e fundamentos expostos a seguir:

DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

A parte demandante requer os benefícios da justiça gratuita, por ser pobre na forma da Lei, conforme declaração de pobreza em anexo, onde informa não poder custear em juízo as despesas processuais sem prejuízo ao seu sustento próprio e o de sua família.



Assim, requer digno-se Vossa Excelência conceder-lhe os benefícios da justiça gratuita, nos moldes preconizados pela Lei nº 1.060/60, notadamente a regra contida no art. 4º da mencionada Lei.

DOS FATOS

No dia 21/02/2019, o autor encontrava-se trabalhando na Av. Vasco da Gama, realizando o carregamento de areia em um balde, quando de repente foi surpreendido por um veículo, de cor prata, o qual veio a atropelar o pé direito do autor, ocasionando fratura exposta em seus dedos.

Em decorrência do acidente, o autor foi socorrido para a UPA de Nova Descoberta pelo próprio condutor do veículo, em seguida, prestados os primeiros socorros, fora encaminhado para o Hospital Getúlio Vargas, onde internado, foi submetido a procedimento cirúrgico no dia 22/02/2019, permanecendo sob cuidados médicos até o dia 24/02/2019, vindo a perder a função do dedo maior do pé direito, com seqüela definitiva, devendo manter-se afastado de suas atividades laborais pelo prazo não inferior a 15 dias, necessitando de tratamento e medicamentos.

Conforme o descrito acima, teve o autor, que arcar não apenas com os custos do tratamento médico, como também houve perda funcional **COMPLETA** do seu dedo do pé direito, razão pela qual deve ser indenizado pelo dano suportado, ocasionado por veículo automotivo.

DO DIREITO

O próprio nome do Seguro DPVAT é esclarecedor: Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre. Isso significa que o DPVAT é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causadas por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto.

A obrigatoriedade do pagamento garante às vítimas de acidentes com veículos o recebimento de indenizações, ainda que os responsáveis pelos acidentes não arquem com essa responsabilidade.

Tendo em vista as previsões legais da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11.482/2007 (art. 8º), que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), o Autor faz jus à indenização pelas sequelas de correntes do acidente de trânsito, ou seja, da invalidez permanente, conforme atesta os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 3º, inciso II, in verbis:



Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

(...)

Apenas a título ilustrativo, cabe aludir que se considera invalidez a perda ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão. Essa perda ou redução é indenizada pelo Seguro DPVAT quando resulta de um acidente causado por veículo e é permanente, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável.

É de bom alvitre salientar que não cabe à SUSEP ou qualquer portaria administrativa determinar o grau de invalidez dos segurados em caso de sinistro.

Ademais, conforme vem adotando a majoritária jurisprudência de nossos Tribunais, a aplicação da tabela constante na lei 11.945/2009, ofende um dos princípios básicos previsto na Constituição da República Federativa do Brasil, CRFB/88, que é o da dignidade humana, vejamos:

ENUNCIADOS DAS TURMAS RECURSAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DO ESTADO DO MARANHÃO, ATUALIZADOS PELOS JUÍZES INTEGRANTES DAS TRCCs NA REUNIÃO DE 23 DE NOVEMBRO DE 2009. 26 –Não se aplicará a tabela anexa da Lei nº. 11945/2009 porque infringe o princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento básico do estado de direito da República Federativa do Brasil. (Aprovado em reunião do dia 31/08/09).

Desta forma, diante do exposto, resta patente que a parte autora deve ser submetida a avaliação médica, passível de ser feita por perícia judicial, para aferir a real extensão da lesão que o acomete, a fim de estipular a indenização do seguro DPVAT corretamente e de forma proporcional, em obediência justamente ao teor da Súmula 474 STJ.

DOS PEDIDOS



Diante de todo o exposto, vem a parte requerente pugnar pelos seguintes pedidos:

1. Deferimento da justiça gratuita (declaração anexa), assim como dispõe a Lei nº 1.060/50 com as alterações da Lei nº 7.510/86, com fulcro no art. 5º, LXXIV da Constituição Federal, uma vez que o requerente não possui recursos suficientes para suportar o ônus de uma ação judicial;

2. A citação da demandada para que, no prazo legal, venha contestar a presente ação, sob pena de revelia e confissão;

3. Condenar a empresa promovida ao pagamento do valor do Seguro DPVAT em percentual a ser apurado na perícia médica judicial, valor este que deve ser acrescido de correção monetária e juros de mora desde o evento danoso, nos termos da súmula 43 e 54 do Supremo Tribunal de Justiça;

4. A condenação da demandada, ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios sucumbenciais na base de 20%(vinte por cento);

Finalmente requer que seja decretada a PROCEDÊNCIA dos pedidos a presente demanda, haja vista a veracidade dos fatos que, por sua vez, se coadunam perfeitamente com os fundamentos jurídicos apresentados, ensejando sustentáculo para a r. sentença.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitido e, sobretudo, proteste pela juntada das provas que se fizerem necessárias e que, desde já requer deferimento para tanto. Em especial a prova pericial e testemunhal.

Dá-se à causa o valor de R\$ 2.350,50 (Dois mil trezentos e cinquenta reais e cinquenta centavos).

Termos que pede deferimento.

Recife/PE, 28 de maio de 2019.

DANIELA SIQUEIRA VALADARES



OAB/PE 21.290

